

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O FETICHISMO DA MERCADORIA:
Uma tentativa de resgate da análise de Marx

ERICA MARA TORRES POMPEU

FORTALEZA, OUTUBRO. 2002

O FETICHISMO DA MERCADORIA:
Uma tentativa de resgate da análise de Marx

ERICA MARA TORRES POMPEU

Orientador: ROBERTO SMITH

Monografia apresentada à Faculdade de Economia,
Administração, Atuária, e Contabilidade, para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

FORTALEZA - CE
2002

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/> Erica Mara Torres Pompeu	Média <hr/>
<hr/> Prof.º Roberto Smitn Prof.º Orientador,	Nota <hr/>
<hr/> Prof.º Agamenon Tavares de Almeida Membro da Banca Examinadora	Nota <hr/>
<hr/> Prof.ª Ilana Viana do Amaral Membro da Banca Examinadora	Nota <hr/>

Monografia aprovada em 30 de setembro de 2002.

Para minha mãe, a quem tudo devo.

“Nós vos pedimos com insistência
Não digam nunca
-Isso é natural:
Sob o familiar,
Descubram o insólito,
Sob o cotidiano, desvelem
O inexplicável.
Que tudo que é considerado habitual
Provoque inquietação”.

Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

Este trabalho configura um divisor d'águas em mim. Minhas motivações para o ingresso no curso de Ciências Econômicas eram quase que românticas. Muito de minha ingenuidade se perdeu. Mas essas palavras não remetem a nenhum lamento. Ao contrário, pude ultrapassar minhas concepções equivocadas acerca da superação do capitalismo. De fato, posso afirmar que parte de mim morreu neste curso. E também uma outra parte, quando iniciei meus estudos em Filosofia. Das partes que me restam e do novo que surgiu é que recomeço. Minhas decisões sempre tiveram um sabor de certeza. Estou me acostumando a pisar sempre em uma ponte interrompida.

Durante a graduação não pude participar de movimentos partidários, nem de natureza alguma. O que eu chamava em mim de lucidez me impedia. Não poderia partir para a ação, pensava, sem que antes compreendesse o significado da ação, sem que *a priori* possuísse respostas últimas para a ação. Queria antes descobrir o sentido transcendente do mundo pelo qual minha ação houvesse de se orientar. Muito cedo essas ilusões se desmancharam, mas permaneceram outras...Sem dúvida, meu curso foi marcado por imensas dores, inclusive afetivas.

Meus agradecimentos se dirigem às pessoas que tiveram uma importância fundamental na realização desta monografia. Algumas influenciaram no conteúdo mesmo, e outras contribuíram com o incentivo sem o qual ela não seria entregue no prazo;

Agradeço à minha mãe pela sua extrema força, que possibilitou toda a minha vida. Foram seus esforços, suas renúncias, seu amor que viabilizaram a realização desta monografia;

Agradeço aos meus irmãos, Lincoln e Elaine, e à Sandra, que acompanharam a difícil *via crucis* de uma monografia. Agradeço a torcida para ver realizado este trabalho;

Agradeço à Iuri, à Monaiza e à Ruth, que por suas palavras certas, nas horas absolutamente certas, incentivaram o término desta monografia;

Agradeço ao prof.^o Agamenon, que muito gentil e prontamente se dispôs a participar da banca examinadora;

Agradeço ao Nistai, que segurou minhas mãos e me conduziu por caminhos outros, resgatando-me de um lugar que pensei não fosse mais sair. Agradeço seu incentivo para a finalização da monografia, sua ajuda na revisão das normas técnicas, e por sua compreensão das minhas sempre renovadas angústias;

Agradeço à prof.^a Maria Izabel Furtado, que sem sua intervenção conciliadora esta monografia não poderia ter sido defendida no prazo. Muito obrigada por me atender como se já não houvesse alguns anos que não mantemos contato. Meu reconhecimento é imenso, e não poderei esquecer o seu gesto;

Agradeço à prof.^a Ilana, que eu não poderei agradecer suficientemente. Seu acompanhamento e suas críticas foram fundamentais na realização deste trabalho. Isento-a, sem dúvida, das falhas ocorridas. Obrigada por sua disponibilidade, sua paciência e sua preocupação com as circunstâncias difíceis desta monografia. Obrigada, Ilana, sobretudo, por haver me indicado o lugar correto da Filosofia;

Agradeço ao prof.^o Roberto Smith, que assumiu circunstâncias um tanto delicadas de uma orientação. Obrigada por compreender a situação em que me encontrava. Obrigada por suas sugestões bibliográficas, por haver criado tempo para ler meus escritos e por sua compreensão infinita. Sua postura foi essencial para esta monografia.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
SUMÁRIO	viii
RESUMO	ix
INTRODUÇÃO	1
1. A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	5
2. A “DEDUÇÃO” DO FETICHISMO DA MERCADORIA	18
3. A CONCRETUDE DO FETICHISMO	30
CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

RESUMO

Este trabalho pretendeu proceder a um resgate da tematização de Marx acerca do fetichismo da mercadoria. Assim, as perguntas que se constituíram como objeto de investigação foram as seguintes: o que é o fetichismo da mercadoria (ou como ele aparece)? e qual a sua “essência”(ou quais as relações que ele vela)? A utilização do termo essência entre aspas quer precisamente assinalar o fato de que se aponta para relações concretas, historicamente determinadas. O fetichismo não é nenhuma necessidade lógica de formas puras econômicas, não é uma representação mobilizada a partir de um encadeamento lógico abstrato autonomizado e contraposto à realidade. Trata-se do modo concreto, real, como os homens passaram a se por em relação uns com os outros e com os produtos de seus trabalhos na esfera de suas relações concretas de existência sob o domínio das relações capitalistas. As relações entre os produtores não mais são relações sociais entre eles mesmos em seus próprios trabalhos, mas aparecem como relações sociais entre coisas. O fetiche das mercadorias consiste, exatamente, nessa aderência às coisas de propriedades que lhe não pertencem naturalmente. A universalização das trocas mercantis condiciona a objetividade das coisas e a própria subjetividade dos homens submetidos ao domínio do capital. O mundo das mercadorias constitui-se uma objetividade. Há um mundo de coisas separadas dos homens que seguem leis próprias, leis que lhes aparecem, aos homens, como naturais. Por outro lado, subjetivamente, a própria individualidade cinde-se e segue as leis mercantis. A própria atividade humana objetiva-se e acompanha tais leis como uma qualquer outra mercadoria.

1. INTRODUÇÃO

Resgatar a tematização do fetichismo da mercadoria em Marx é o que se propõe nesta pesquisa. Deste modo, as questões que aqui se colocam como objeto de investigação são as seguintes: O que é o fetichismo da mercadoria (ou, como ele aparece)? e qual o seu significado concreto(ou, qual a sua “essência”)? Estes questionamentos se manifestam em separado não por uma mera casualidade. O primeiro questionamento remete à aparência objetiva deste fenômeno; o segundo, às relações reais que tal fenômeno vela. Assim se justifica o uso da palavra “aparência” precisamente desta maneira, entre aspas, pois não se trata de apontar para um transcendente mundo das idéias, mas para uma concretude de relações historicamente determinadas, para as relações de produção de valor realizadas na sociabilidade sob o domínio do capital, ou seja, para o capitalismo. Daí a afirmação de Marx que “toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente”.¹

Esta dualidade que o fetichismo encerra somente pode ser compreendida se se entende também a especificidade do método em Marx. A crítica ao método da Economia Política é a pedra de toque deste método. O recobrar a crítica da Economia Política é, então, uma implicação fundamental já aqui justificada. Que tal crítica não signifique um pensamento especializado é um ponto que será desenvolvido.

O fetichismo não é nenhuma necessidade lógica de formas puras econômicas, não é uma representação mobilizada a partir de um encadeamento lógico abstrato autonomizado e contraposto à realidade. Trata-se do modo concreto, real, como os homens passaram a se por em relação uns com os outros e com os produtos de seus trabalhos na esfera de suas relações concretas de existência sob o domínio das relações capitalistas. O que se aponta é para a vida mesma de homens reais, historicamente determinados, de como a totalidade da vida se lhes tornou autônoma e estranha, de como a existência destes homens concretos se tornou absurdamente contraditória: a constituição da vida, sua reprodução concreta, encerra

¹MARX apud LUKÁCS (1979 p.26).

já a negação desta vida mesma em uma abstração totalizante –a lógica do automovimento do valor.

Esta análise divide-se em três capítulos. A cada um deles corresponde um objetivo específico. O primeiro objetivo, o qual será discutido no primeiro capítulo, é o de retomar a crítica da Economia Política no quadro das duas questões levantadas como objeto desta pesquisa – “o que é o fetichismo da mercadoria e qual o seu real significado”. Isso se fará a partir prioritariamente dos seguintes textos: Introdução à crítica da Economia Política de 1857, o prefácio de Para a Crítica da Economia Política. A perspectiva de György Lukács será referida na medida em que se entende que suas articulações são amparadas coerentemente pelos referidos textos. No entanto, não se resgatará aqui todo o pensamento de Lukács. Esta investigação não se propõe a um enfrentamento teórico da problemática lukácsiana. Entenda-se, pois, que não se trata de uma pesquisa acerca da apropriação de Marx por Lukács. Assim, far-se-á uso neste capítulo da obra de maturidade de Lukács, a “Ontologia do ser social”, especificamente do volume da tradução brasileira correspondente ao quarto capítulo da primeira parte do livro: *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Os textos básicos são os citados

O segundo é o de, retomando a célebre análise do primeiro capítulo de *O Capital*, explicitar a lógica interna do automovimento do valor, não como lógica abstrata, mas como necessidade do ser. Como é pensada aqui esta necessidade do ser é o que se explicitará neste capítulo.

O terceiro objetivo, tratado no terceiro capítulo, é o de assinalar que o fetichismo não é uma categoria abstrata do puro pensar, mas uma realidade no âmbito do ser social. Trata-se de apontar de como que as relações sociais entre os homens em seus trabalhos se transformaram em relações sociais entre as coisas. Trata-se, portanto, de apontar a totalidade da existência submetida ao domínio do capital. Se se trata de uma aparência, é, contudo, uma aparência objetiva. As relações entre os produtores individuais não mais são relações sociais entre eles mesmos em seus próprios trabalhos, mas aparecem como relações sociais entre coisas. O fetiche das mercadorias consiste nessa aderência às coisas de propriedades que lhes não pertencem naturalmente. A determinação subjetiva desse

processo é a fragmentação do homem: ele torna-se um *proprietário* de sua força de trabalho, de suas próprias faculdades objetivadas, que adotam leis estranhas a ele. A análise do fetichismo sob o prisma metodológico será mobilizada a partir do valor. Há que se afirmar de antemão a especificidade de tal “prisma metodológico”, ainda que não se explicita detalhadamente. O caráter de uma dedução lógica, e não o de uma facticidade ontológica, será rechaçado. Os textos deste último momento, além dos textos básicos já citados, inclui algumas articulações de *História e consciência de classe*, de Lukács.

Os três objetivos estão imbricados. De fato, explicitar o fetichismo não como uma necessidade lógica do automovimento abstrato do valor pressupõe já um método que capte as sínteses da realidade como sínteses da realidade, determinações reais de relações reais, e não como síntese do pensamento. O fetichismo é uma categoria social que se capta no pensamento como um processo concreto. Cita-se Lukács:

*“...a exposição científica rigorosa da gênese ontológica do valor, do dinheiro, etc. (inclui-se a do fetichismo), poderia – mas apenas do ponto de vista da ciência especializada- dar lugar à falsa aparência de uma racionalidade pura do decurso histórico real, com o que resultaria falsificada sua essência ontológica. Uma racionalidade legal pura desse tipo é certamente a essência dos processos econômicos singulares; e não apenas desses, mas também – ainda que em forma de tendência- do processo econômico como um todo. Todavia, não se deve jamais esquecer que essas legalidades são decerto sínteses que a própria realidade elabora a partir dos atos práticos econômicos singulares, realizados de modo consciente enquanto tais, mas cujos resultados últimos- que são os fixados pela teoria- ultrapassam de muito as capacidades de compreensão teórica e as possibilidades de decisão prática dos indivíduos que realizam efetivamente esses atos práticos”.*²

A seqüência dos capítulos é arbitrária para a exposição, uma vez que os mesmos estão absolutamente intrincados, e cada um implica os outros dois. De fato, como se já disse, é impossível alcançar o sentido do fetichismo se não se compreende a especificidade do método histórico-lógico de Marx. Uma exposição da lógica do automovimento do valor, não como uma construção *a priori* do pensamento, pressupõe tal método justamente porque não se trata de sínteses do puro pensar, mas sínteses da realidade.

² LUKÁCS (1979 p.51).

O conteúdo mesmo da crítica da Economia Política constitui a justificativa para a realização deste trabalho em uma graduação de Ciências Econômicas. É o tempo histórico que o justifica. De fato, O horizonte temporal de Marx eram as relações sob o domínio do Capital, e este é ainda o terreno no qual se move.

1. A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Na introdução desta monografia explicitava-se o objetivo deste capítulo, e se afirmava que este era o de retomar a crítica da Economia Política. Alguns pontos serão desenvolvidos no sentido de alcançá-lo. Desta forma, em um primeiro momento deste capítulo, far-se-á referência à crítica ao sistema filosófico no âmbito da polêmica com os jovens hegelianos, particularmente a partir das obras *A sagrada família* e *A ideologia alemã*. A polêmica ao sistema mais refinado de toda a história da filosofia –o sistema de Hegel –também será indicada. Deve-se sublinhar, todavia, que estes não são textos basilares desta pesquisa. Em seguida, a crítica ao método da Economia Política será mobilizada a partir do terceiro tópico da *Introdução à Crítica da Economia Política*¹, do prefácio à obra *Para a Crítica da Economia Política*² e do volume da obra de Lukács intitulado *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. As determinações abstratas da Economia Política, o sentido das abstrações em Marx, a especificidade do método marxiano são alguns dos tópicos a serem desenvolvidos. Aqui não se levantará a pergunta pelo caráter científico deste novo método³; uma vez que seria necessário propor algumas questões que conduziriam à esfera da filosofia da ciência, tais como: “Qual a especificidade do método científico?”, e até mesmo a complicada questão “O que é ciência?”. De fato, esses não são absolutamente os questionamentos deste capítulo, nem poderiam ser. A filosofia da ciência é uma disciplina destacada da totalidade concreta do ser social e não poderia jamais dar conta do método em Marx. O que não significa que este método guarde uma verdade universal, e esta será uma questão problematizada no decorrer deste capítulo. Enfim, o que se quer é tão simplesmente, como se já dissera na introdução dessa pesquisa, alcançar o real significado do fetichismo da mercadoria.

O quarto capítulo de “A sagrada família” é intitulado “‘A crítica crítica sob a perspectiva da calma do conhecimento’ ou a crítica crítica personificada por Edgar Bauer”.

¹ Essa Introdução inicia os apontamentos econômicos de Marx dos anos de 1857/58. Estes apontamentos foram publicados em 1939, em Moscou, sob o título *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*. A partir daqui este texto será referido como *Introdução de 1857*.

² *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (Para a Crítica da Economia Política) foi publicada pelo próprio Marx em 1859.

³ Lukács a respeito da cientificidade em Marx: “Acreditamos que, agindo assim, Marx criou uma nova forma tanto de cientificidade quanto de ontologia; uma forma destinada a superar no futuro a constituição profundamente problemática, apesar de toda a riqueza dos fatos descobertos, da cientificidade moderna”. Lukács (1979, p.27)

O terceiro item deste capítulo é denominado “O Amor”. Trata-se de uma articulação lancinante contra os anseios especulativos de Edgar Bauer acerca do amor. “ O amor é uma paixão e nada é mais perigoso para a Calma do conhecimento do que a paixão”⁴ Aqui, a exposição de Marx recai sobre os comentários de Bauer por ocasião da leitura que este fizera dos romances de Mme. Von Paalzov⁵ . Marx cita Bauer :

“O amor... é um Deus que, parecido com todas as divindades, quer possuir o homem todo e, sem cessar, o homem lhe sacrifica não apenas sua alma, como ainda seu eu físico. O culto do amor é o sofrimento e o apogeu deste culto é o sacrifício de si mesmo, o suicídio” ⁶

Marx destila uma fina ironia à perspectiva de Bauer, que transforma o amor do homem em um deus, conferindo-lhe uma existência separada do homem mesmo. O amor é transmutado em um “deus cruel”, um “Moloch”, cujo culto é o sacrifício de si mesmo, o suicídio do homem. Mas, a “Calma do conhecimento”, a crítica aplicada a si mesma, ou a crítica crítica, não se contenta em atribuir ao amor uma existência autônoma- transforma o homem em uma categoria: “este objeto exterior da afetividade”. A tempo, a expressão “crítica crítica” é uma alusão sarcástica à pretensão de conferir autonomia à crítica, atributo e atividade do homem, transformando-a em uma “Crítica Absoluta”, em um poder transcendental, conforme dito no prefácio da obra, cujo sub-título, aliás, é “Crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores”. Cita-se, novamente, Marx citando Bauer:

*“Objeto, exclama a Calma do conhecimento, objeto! - eis o termo exato; porque o objeto só importa ao amante (o feminino está ausente) na medida em que ele é este objeto exterior de sua afetividade, o objeto no qual ele quer encontrar a satisfação de seu sentimento egoísta”.*⁷

Deste modo, o homem aparece como um objeto determinado, uma determinação real da Calma do conhecimento. Trata-se de um objeto exterior que se põe em relação com outro objeto exterior, ou o objeto amado, na intenção de satisfazer seus próprios desejos egoístas. Assim é que, por este processo que parte fazendo apartações de atributos no

⁴ENGELS; MARX (1987 p.23)

⁵Henriette von Paalzow foi uma romancista alemã (1788-1847)

⁶ENGELS; MARX (1987, p.23)

⁷*Ibidem*, p.23.

homem, conferindo-lhes autonomia, chega-se a fazer do homem concreto, um “detestável Isto”, que não difere dos demais. E eis que por aí se proclama a identidade detestável de todos os objetos –dos diferentes homens reais, tornados gelatinas homogêneas. Exemplo do estilo afiado de Marx é esta citação:

*“O amor continua, fora dela, a Calma do conhecimento, o amor não se contenta nem mesmo de transformar o homem na categoria: “objeto” para outro homem, ele vai até fazer do homem um objeto determinado, real, o isto (veja-se Hegel: Fenomenologia do Espírito, sobre o Isto e o Aquilo, onde se discute também a respeito do detestável “Isto”), o objeto individual detestável, exterior, não somente, confinado no cérebro, mas aberto aos sentidos”.*⁸

A crítica crítica chama o amor de uma paixão abstrata por cometer um engano crucial, próprio do pensamento desvairado que teima por recair sobre si e pretender ser a instância por excelência capaz de abarcar em sua totalidade a riqueza da vida dos homens: toma o abstrato por concreto e o concreto por abstrato. Se o amor é então uma paixão abstrata, por este quiproquó que inverte as coisas, ele não pode pretender um desenvolvimento *a priori* -como se o amor dos homens precisasse de um desenvolvimento *a priori* para se justificar, como se necessitasse de alguma justificação... Cita-se Marx:

*“A paixão do amor não pode aspirar um desenvolvimento interior interessante, porque ela não pode ser construída a priori, porque o seu desenvolvimento é real e que se realiza no mundo sensível e entre indivíduos reais. Ora, o principal interesse da construção especulativa está nas questões: ‘de onde vem isto?’ ‘Para onde vai?’ a questão do ‘onde’ é exatamente a ‘necessidade’ de um conceito, sua prova e sua redução(Hegel)”*⁹

Magistralmente, Marx explicita o que a Crítica crítica nega:

*“Aquilo que a Crítica crítica combate aqui não é somente o amor, é também toda doação viva, todo imediato, toda experiência sensível, ou, de modo mais geral, toda experiência real, da qual não se pode saber, antes da hora, nem de onde vem, nem para onde vai.”*¹⁰

⁸ ENGELS; MARX (1987, p.24).

⁹ *Ibidem*, p.25.

¹⁰ *Ibidem*, p.25.

Aqui não há, propriamente falando, uma tematização de “questionamentos econômicos” (o uso das aspas nessa expressão ficará evidente no decorrer do texto). Não é aqui que se resolve o problema do valor e da mais-valia, por exemplo. Todavia, para o que aqui se quer sublinhar é suficiente esta breve exposição. O repúdio de Marx às pretensões especulativas data já do período em que ele não empreende ainda uma crítica global da Economia Política. Mas, já indica sua ruptura com o método que pretende conferir autonomia ao pensamento, que pretenda fornecer *a priori* o destino dos homens, que, enfim, parta de uma instância exterior aos homens reais na pretensão de dar conta da riqueza e complexidade de suas relações.

“A ideologia alemã”, obra concluída em Bruxelas em 1846 em conjunto com Engels, explicita claramente o ponto de partida, diametralmente oposto ao da especulação filosófica:

“Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital”¹¹

Não se empreenderá aqui uma análise pormenorizada dessas obras. Os textos basilares deste capítulo foram já indicados na introdução da pesquisa.

O cerne da crítica ao método da Economia Política está em que este, ao isolar categorias, que provêm de uma abstração da realidade, desemboca em determinações abstratas. Aqui, a realidade aparece como um resultado do pensamento, como uma necessidade lógica do movimento categorial. Por uma inversão, o que é o ponto de partida - as conexões reais - surge como síntese do pensamento. Segundo Marx, assim nasceu a economia. Ele cita, na *Introdução* de 1857, o caminho seguido pelos economistas do século XVI. Estes partiam sempre do “real e concreto”- a população, a nação, o Estado.etc. Todavia, este ponto de partida é uma abstração vazia:

¹¹MARX (1980, p.26).

*“A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõe (...) essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam: por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada”.*¹²

Daí a necessidade de que essas representações imediatas da realidade-a população, a nação, etc -sejam melhor determinadas com o auxílio de abstrações isoladoras, chegando-se a conceitos bem simples: “...do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples”¹³. Então, a partir destes conceitos simples –destas“ relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc.” – destes elementos abstratos, é empreendida uma “viagem de retorno” para fazer chegar novamente à população, mas não como “uma representação caótica de um todo, porém uma rica totalidade de determinações e relações diversas”. O erro da Economia Política foi o de, ao empreender esta viagem de retorno, fixar e abstrair da totalidade do ser social aqueles conceitos simples, e, por meio de sucessivas abstrações, pretender chegar à realidade concreta e dinâmica. Ou, dito por um outro modo, o erro consiste precisamente em abstrair a referência dos “fatos” à totalidade concreta. Ou, ainda, tal erro consistiu em arrancar dos fatos seu condicionamento histórico, em conceder às formas de objetividade capitalista um caráter de eternidade. Ou, enfim, como que relações reais foram hipostasiadas pelo pensamento e assumiram a forma de conceitos.

A ilusão do modo idealista de conceber a realidade é a de se equivocar a respeito do modo de proceder do pensamento, em seu esforço de apropriação da realidade, tomando o real como resultado do pensamento em si, como síntese do automovimento abstrato do pensar. A gênese ontológica (histórica) e não a gênese teórica, ou o caminho do pensamento -possui prioridade ontológica. O conceito de prioridade ontológica afirma que A pode existir sem B, mas que B não pode existir sem A. Ou seja, a realidade, entendida simplesmente como facticidade, é primeira em relação à atividade do pensamento, e este

¹² MARX (1980, p.39).

¹³ *Ibidem*, p.39.

não pode existir sem a primeira. Em Hegel, a Razão é anterior ao mundo. Cita-se a passagem da *Introdução de 1857* na qual se localiza esta polêmica:

*“No primeiro método (o da Economia Política), a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em se si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto”.*¹⁴

A continuação da citação aponta para um aspecto basilar do método de Marx, qual seja o da interpenetração do econômico e do extra-econômico. O econômico aponta para aquele terreno no qual se desenrolam as relações de produção e reprodução da existência. Ressalte-se que esta terminologia, “o econômico”, é referente ao modo de produção capitalista. O extra-econômico, por sua vez, é o conjunto das relações que se estabelecem a partir da base fornecida pelo econômico: a política, o Estado, as artes, etc. O caráter do procedimento abstrativo aqui é *sui generis*: trata-se de uma abstração sempre referida a conexões reais. Cita-se Lukács a esse respeito:

“... uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível (o da realidade autêntica, existente em si), mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica da realidade em-si, que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário -crítica e autocriticamente -, no máximo nível de consciência, como o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele”.

E o prosseguimento da citação anterior de Marx:

“A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor

¹⁴ MARX (1996b, p.40).

de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado".¹⁵

Estas categorias não estão encerradas em alguma hierarquia de sistema. Marx não quis estabelecer uma conexão categorial definitiva, mas pretende dar conta de seu tempo presente, das relações capitalistas de produção. Um tratamento hierárquico- sistematizante abafaria precisamente esta determinação temporal. Mais, estabeleceria o modo de produção capitalista como eterno, necessário, e a história da humanidade teria sido o desenvolvimento para se chegar a este fim absoluto: a sociedade burguesa. Lukács aponta para os vícios de uma tal hierarquização:

*“Uma hierarquia sistemática, todavia, não é apenas algo dado de uma vez para sempre; além disso, para sistematizar as categorias numa conexão definitiva, ela deve também –às vezes ao preço de empobrecê-las e violentá-las em seu conteúdo –torná-las homogêneas, reduzi-las o mais possível a uma única dimensão das conexões. Os pensadores que têm um verdadeiro sentido ontológico para a riqueza e variedade da estrutura dinâmica da realidade concentrarão seu interesse, ao contrário, precisamente nos tipos de relação que não podem ser encaixados adequadamente num sistema”*¹⁶

As categorias apresentadas por Marx não são formas do pensamento, mas formas de existência, categorias sociais. Trata-se de sínteses da realidade em sua concretude complexa e dinâmica. As conexões categoriais em Hegel possuem suas bases em esquemas lógicos autonomizados, mobilizados a partir de um pensamento cindido da totalidade das relações reais dos indivíduos concretos; em Marx, na totalidade do ser social. No primeiro, as categorias são determinações do pensamento; no segundo, as categorias são determinações da realidade: “... as categorias exprimem portanto formas de modo de ser, determinações de existência”¹⁷

O que até aqui se procurou apontar foi o ponto de partida de Marx em sua pesquisa no esforço de apreensão da realidade, e este é a realidade mesma. Precisamente aqui se localiza a ruptura com o modo idealista de conceber as coisas: a recusa radical a uma construção *apriorística*, sistematizante, às conexões construídas em abstrato. A ciência

¹⁵ / MARX (1996b, p.40).

¹⁶ LUKÁCS (1979, p.28)

¹⁷ MARX (1996b, p.44).

econômica entendida como uma ciência particular foi capaz de empreender esta recusa do *a priori*, mas não conseguiu escapar das abstrações isoladoras. Cita-se, uma vez mais, Lukács:

“As obras econômicas do Marx maduro são decerto, centradas coerentemente sobre a cientificidade da economia, mas nada têm em comum com a concepção burguesa segundo a qual a economia é uma mera ciência particular, na qual os chamados fenômenos econômicos puros são isolados das inter-relações complexivas do ser social como totalidade e, posteriormente, analisados nesse isolamento artificial, com o objetivo- eventual- de relacionar abstratamente o setor assim formado com outros setores isolados de modo igualmente artificial (o direito, a sociologia, etc). Ao contrário, a economia marxiana parte sempre da totalidade do ser social e volta sempre a desembocar nessa totalidade”¹⁸

Esta fidelidade ‘aos “fatos” não pode ser confundida, argumenta Lukács, com um empirismo ingênuo. Neste, certamente, o caráter ontológico existe: o ponto de partida é o ser dos fatos dados. Todavia, a ingenuidade reside em se ficar por essa imediatidade e esquivar-se das posteriores mediações, ignorando mesmo as conexões ontológicas determinantes. A análise de Marx investiga “o conteúdo teórico de conexões de fato”¹⁹.

É preciso destacar um outro aspecto da metodologia, um aspecto que já está implícito em tudo que se disse até agora, mas que necessita de uma explicitação clara. Se se pretende dar conta da totalidade concreta e dinâmica do ser social, o ser da natureza deverá ser focalizado. As categorias sociais possuem uma ineliminável base natural; Marx rechaça a separação artificial entre o ser social e o ser da natureza orgânica e inorgânica, como antíteses excludentes. Repele também aquela tendência de uma pura transposição das “leis da natureza” para o a esfera da sociabilidade, como queria o darwinismo social. O valor de uso, ainda que pareça imediatamente natural, possui uma especificidade qualitativa nova em relação à natureza, mas sua base está sempre no ser da natureza. O valor é uma categoria que não possui analogia na natureza, mas sabe-se que não existe valor sem valor de uso. Cada uma dessas objetividades “puramente” sociais implica objetividades naturais socialmente modificadas (não há valor sem valor de uso). O fato de se ter escrito

¹⁸ LUKÁCS (1979 p.22).

¹⁹ *Ibidem*, p. 50.

“puramente” precisamente dessa forma, entre aspas, deve-se ao fato de que a base natural é necessária. Cita-se Lukács:

“... existem, certamente, categorias sociais puras, ou, melhor, apenas o conjunto delas constitui a especificidade do ser social; todavia, esse ser não apenas se desenvolve no processo concreto- material de sua gênese a partir do ser na natureza, mas também se reproduz constantemente nesse quadro e não pode jamais se separar de modo completo- precisamente em sentido ontológico- dessa base(...)a orientação de fundo no aperfeiçoamento do ser social consiste precisamente em substituir naturais puras por formas ontológicas mistas, pertencentes à naturalidade e à socialidade (basta pensar simplesmente nos animais domésticos), explicitando ulteriormente –a partir dessa base– as determinações puramente sociais. A tendência principal do processo que assim tem lugar é o constante crescimento , quantitativo e qualitativo, das componentes pura ou predominantemente sociais, aquilo que Marx costumava chamar de “recuo dos limites naturais”.²⁰

Lukács, lucidamente, assinala que Marx “jamais pretendeu criar expressamente um método filosófico próprio ou, menos ainda, um sistema filosófico”²¹. Não se trata, pois, de um método universal. No prefácio da primeira edição de *O capital* Marx afirma: “ O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e circulação”²². Assim, sua análise investiga uma forma de sociabilidade específica, historicamente determinada -o capitalismo. O seu tempo histórico é o horizonte temporal intranscendível deste método.

No prefácio à *Para a crítica da Economia Política* (Zur Kritik der politischen Ökonomie), Marx relata como chegou a realizar um estudo da Economia Política. Ele fora redator da Gazeta Renana de Política, Comércio e Indústria(Rheinische Zeitung für Politik, Handel und Gewerbe).²³. Marx assinala os motivos os quais o levaram a se ocupar de questões econômicas:

²⁰ LUKÁCS (1979 pp. 19-. 20).

²¹ *Ibidem*, p.20.

²² MARX (1996a, p.130).

²³ Na tradução de Malagodi da nota da editora alemão fica-se sabendo que este diário fora publicado em Colônia de 1º de janeiro de 1842 até 31 de março de 1843, e Marx fora um de seus colaboradores a partir de 1842, tornando-se redator-chefe a partir de outubro do mesmo ano. Até então sua especialidade fora a jurisprudência.O jornal fora fundado por opositores do absolutismo prussiano, atraindo também alguns jovens hegelianos. Após uma severa censura do governo prussiano, o jornal fora proibido definitivamente em 1º de abril de 1843

*“As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a **Gazeta Renana** sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas”²⁴.*

Não é o intuito aqui se apresentar todo o caminho prático-teórico de Marx até a redação de *Para a crítica da Economia Política*; não seria possível e nem mesmo é necessário para a articulação da problemática aqui proposta. Apenas se resgata sucintamente a própria digressão de Marx no prefácio da referida obra a respeito dos caminhos que o conduziram ao estudo da Economia Política. Assim, Marx se refere ainda à polêmica com o *Jornal Geral de Augsburgo (Allgemeine Augsburger Zeitung)* acerca do socialismo e comunismo utópicos, confessando que seus estudos não o permitiam realizar um julgamento criterioso das correntes francesas. O primeiro trabalho empreendido por ele para resolver essa dúvida foi publicado nos *Anais Franco-Alemães (Deutsch Französische Jahrbücher)*, editados em fevereiro de 1844, em um único número. Trata-se de *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: Introdução*. E ele aponta em que desembocou sua investigação -citação muito adequada à presente pesquisa:

“Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraizam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’ (bürgerliche Gesellschaft), seguindo os ingleses e franceses do século XVII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (bürgerliche Gesellschaft) deve ser procurada na Economia Política”²⁵.

Nessa citação assinalam-se dois pontos. Primeiro, a recusa ao método do idealismo objetivo, cujo ponto de partida para falar das relações dos homens – “tais como formas de Estado” -não são as “relações materiais de vida” destes mesmos homens, mas algo que lhe é exterior - “desenvolvimento geral do espírito” ou são abstrações vazias -as formas de estado “em si mesmas”. Em segundo lugar, a utilização do termo “bürgerliche Gesellschaft” uma vez como sociedade civil e depois como sociedade burguesa é muito

²⁴MARX (1996b p.50).

²⁵ *Ibidem*, p.53.

significativa. “Bürger” significa tanto burguês assim como cidadão, e, no primeiro uso, o adjetivo “bürgerliche” (civil) identifica um ao outro. A tradução do segundo uso da expressão “bürgerliche Gesellschaft” não é unânime -Malagodi²⁶ aponta que a tradução francesa de Maurice Husson traduz as duas ocorrências do termo na passagem citada para “société civile”, ou seja, “sociedade civil” -, mas parece ser a mais sensata, uma vez que Marx quer precisamente assinalar que a sociedade burguesa é uma forma determinada de sociabilidade, e não uma forma universal. A anatomia da sociedade burguesa, então, deve ser buscada na Economia Política. Uma passagem da “Ideologia alemã” valida justamente tal tradução:

“A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; todavia, a organização social diretamente resultante da produção e do comércio, e que constitui sempre a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada pelo mesmo nome”²⁷.

A Economia Política deve ser entendida não apenas como uma “matéria”, ou como um ramo especializado do saber –continuação da citação diz: “Comecei o estudo dessa matéria em Paris...”- mas, sobretudo, como o conjunto das relações estabelecidas entre os homens durante o processo de reprodução social de suas vidas na sociedade burguesa, portanto, como a totalidade das relações capitalistas de produção. A Economia Política enquanto “matéria” separada da totalidade do ser social, já se comentava nos parágrafos iniciais deste capítulo, desemboca em determinações abstratas. A crítica da Economia Política é justamente crítica da totalidade das relações sob o domínio do capital. Esta crítica não deve ser entendida como uma crítica especializada, autonomizada, como uma crítica econômica, mas como a expressão teórica da recusa prática de uma dada realidade –a realidade capitalista. E foi precisamente assim que este método se constituiu: a partir das lutas dos proletários, da sua recusa prática de submissão da concretude de suas

²⁶ Edgard Malagodi é o tradutor de *Para a Crítica da Economia Política* editada pela Nova Cultural da coleção *Os Pensadores*.

²⁷ ENGELS; MARX (1980, p.94)

vidas à lógica abstrata do valor.²⁸ A contraditoriedade real da existência mesma de indivíduos reais –corpos concretos em luta contra a sujeição ao trabalho abstrato, ou, dito por um outro modo, contra a lógica abstrata do valor, ou, enfim, contra a economia –é o fundamento da contraditoriedade na teoria: trabalho concreto e trabalho abstrato, valor e valor de uso, etc. Ainda uma vez, as categorias são determinações da existência, e há que se levar a radicalidade este ponto de partida.

Assinalá-se um aspecto do método, que se aparece na exposição como último, na verdade, é essencial. A dialética, afirma Marx, “é, em sua essência, crítica e revolucionária”²⁹. E retoma Lukács: “A dialética materialista é uma dialética revolucionária”³⁰. Antes do dito de um e de outro, e, como condição deste *dizer*, houve um *fazer* que lhe antecedeu. A possibilidade mesma do materialismo histórico surgiu como produto de um desenvolvimento histórico determinado: o aparecimento do operariado. Tal possibilidade não é meramente formal na medida mesma em que as lutas práticas da classe operária tornaram real esta possibilidade. Para esta classe, o conhecimento de si implica um conhecimento da totalidade concreta. É em uma configuração específica de uma época histórica, com o advento da classe operária, que a consciência adjudicada da sociedade se torna a condição de luta desta classe mesma, diz Lukács. É em uma longa citação que se localiza aquilo para o que se pretende apontar, contudo, observa-se que não se pretende enfrentar aqui o complicado problema da consciência, assim, cita-se:

“O fato de o materialismo histórico emergir do princípio vital ‘imediate, natural’ do proletariado, de o conhecimento total da realidade se abrir a partir do seu ponto de vista de classe, não significa, porém, que tal conhecimento e tal atitude metodológica perante o conhecimento sejam imediata e naturalmente dados ao proletariado como classe (e ainda menos ao proletário individual); muito pelo contrário. Claro que o proletariado é o sujeito cognoscente deste conhecimento da realidade social total. Mas não é um sujeito cognoscente no sentido do método kantiano, em que o sujeito é definido como o que nunca pode tornar-se objeto. Não é um espectador imparcial do processo histórico. O proletariado não se limita a participar, agente e vítima, nesta totalidade; a ascensão e a evolução do seu conhecimento e a sua ascensão e a

²⁸ A partir daqui a análise é baseada em Amaral (2001), especialmente a apreciação da categoria da contradição.

²⁹ MARX (1996a, p.141).

³⁰ LUKÁCS (1974 p.16).

evolução no curso da história são apenas dois aspectos do mesmo processo real. Não apenas porque a própria classe só pouco a pouco 'se formou como classe' numa luta social incessante, começando por atos espontâneos e inconscientes de defesa desesperada e imediata (a destruição das máquinas é um exemplo impressionante destes inícios). A consciência que o proletariado toma da realidade social, da sua própria vocação de classe, e a vocação histórica que daí lhe veio –o método da concepção materialista da história –são também produtos deste mesmo processo de evolução que o materialismo histórico, pela primeira vez, conhece adequadamente e na sua realidade”³¹

De fato, esta ênfase na classe operária como detentora exclusiva de uma “vocação histórica” para o conhecimento correto da realidade e para luta emancipatória de todos os homens é uma leitura possível a partir de obras como “A ideologia alemã” e o “Manifesto do partido comunista”. Contudo, em “O Capital”, na exposição do fetichismo da mercadoria, não se aponta uma classe como privilegiada para esta missão, por assim dizer, nem mesmo missão nenhuma. Aqui não se pretende tratar desta questão, mas apenas repor o lugar metodológico da negação em ato. Na verdade, este tema abre-se como uma linha de pesquisa futura possível.

³¹ LUKÁCS (1974, p.37).

2. A “DEDUÇÃO” DO FETICHISMO DAS MERCADORIAS

Este capítulo explicitará de que modo o fetichismo deve ser entendido como uma necessidade do ser. Na introdução desta pesquisa se falava da arbitrariedade da exposição dos capítulos. De fato, muito do que se discutiu no capítulo antecedente deverá ser retomado, mas agora sem uma problematização. Iniciar-se-á, então, com o resgate da exposição do primeiro capítulo de *O Capital*, entremeando-se análises já tratadas anteriormente e desenvolvendo outras.

A relação de uma espécie de mercadoria com outra de tipo diferente, ou seja, a troca de uma mercadoria por outra, já contém o germe do fetiche dela. Com efeito, Marx procede a uma análise do “desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro”¹. Tome-se o exemplo por ele fornecido: 20 varas de linho = 1 casaco. Qual o fundamento desta igualdade? Linho e casaco expressam a mesma unidade de medida social. Somente se pode expressar o valor de determinado *quantum* de linho no confronto com determinado *quantum* de outra mercadoria, no caso, o casaco, uma vez que 20 varas de linho = 20 varas de linho nada diz, é uma tautologia; aqui não se expressa o valor de 20 varas de linho. E isso precisamente pela própria natureza do valor, que se revela como uma “objetividade” própria das mercadorias. Ou seja, as coisas, os produtos do trabalho humano, em uma época historicamente determinada de desenvolvimento, apresentam como sua propriedade “objetiva” o valor, o dispêndio da força de trabalho, destituído de suas características úteis, na produção de objetos de uso, de valores de uso. O trabalho concreto, contido nos valores de uso, torna-se trabalho abstrato, porque abstrai do caráter útil dos produtos do trabalho. Tal fato somente ocorre se os valores de uso originam-se de trabalhos privados e autônomos. Assim, o tempo passa a ser um só, universal. Os diferentes tempos de trabalho das vidas das pessoas são destituídos de suas qualidades concretas e o tempo é meramente quantitativo: o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de “um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais. e com o

¹MARX (1966, p. 177)

grau médio de habilidade e de intensidade do trabalho (p.169)”² As coisas possuem o tempo dos homens.

Aqui, é preciso explicitar mais claramente as categorias teóricas até então expostas. Trabalho concreto é o produtor de valores de uso. Uma coisa útil qualquer é um valor de uso. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso”³Diferentes valores de uso são produzidos por diferentes trabalhos concretos. O trabalho que produz uma mesa, por exemplo, é muito concretamente diferente do trabalho que produz uma blusa. O olhar que se lance sobre estas diferentes espécies de atividades produtivas constatará a sua adequação a um fim, modo de operar, objetos, meios e resultado. Ainda se pode acrescentar acerca do valor de uso que, em qualquer forma de sociabilidade, eles são o suporte material da riqueza. O homem, para satisfazer suas necessidades sempre transmutou, via trabalho, a natureza em uma segunda natureza. De fato,

“... a existência (...) de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”⁴

Os trabalhos concretos sempre acompanharam as diferentes épocas históricas; os valores de usos sempre foram indispensáveis à sobrevivência humana.

Ora, mas o que aqui se resgata é a análise da mercadoria, e não de um valor de uso independente da forma social na qual ele aparece. Uma mercadoria é também valor de uso, e deve ser, sob pena de não ser mercadoria. Assim, segundo Marx:

“A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A

²MARX (1996a, p.1690).

³*Ibidem*, p.166.

⁴*Idem* p. 172.

natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia. não altera nada na coisa”⁵

No entanto, na mercadoria, o valor de uso é o portador do valor. Como o valor de uso, ou a coisa útil, chega a intrinsecamente conter o valor é o que Marx pretende explicitar no primeiro capítulo de “O Capital”. Ou, de um outro modo, como que as relações sociais entre os homens em seus trabalhos transformam - se em relações sociais entre as coisas. Ou, ainda, como as coisas refletem aos produtores as relações sociais estabelecidas entre os homens durante o processo de produção como propriedades objetivas das coisas mesmas. Ou, por fim, como que ao homem é negado seu tempo mesmo, que se transforma em tempo das coisas. Uma citação de Lukács, citando Marx, ajudará na compreensão daquilo para o que se quer apontar:

“O tempo perde assim o seu caráter qualitativo, mutável, fluido: fixa-se num continuum exactamente delimitado, quantitativamente mensurável, cheio de <<coisas>> quantitativamente mensuráveis (os <<trabalhos realizados>> pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objectivados, separados com precisão do conjunto da personalidade humana) num espaço”⁶.

O trabalho abstrato é o resíduo na mercadoria quando da abstração do caráter concreto do trabalho. Na produção de uma mesa ou de uma blusa -se elas são mercadorias - se se abstrai a forma concreta do trabalho nelas contido, enquanto valores de uso, ou seja, se se abstrai os componentes e formas corpóreas que fazem delas valores de uso, restará a elas apenas uma propriedade: o fato de serem produtos do trabalho, dispêndio de força de trabalho humano indiferenciado- e este é o trabalho abstrato. É o que Marx afirma na seguinte passagem:

“Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (...) Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores - valores mercantis”⁷.

⁵ MARX (1966a p. 165).

⁶ MARX apud LUKÁCS (1989, p. 104)

⁷ MARX (1966 p. 168).

Enquanto valores mercantis, as mercadorias representam tão somente o fato de representarem acúmulo de trabalho humano indiferenciado. A mercadoria, enquanto valor de uso, satisfaz necessidades humanas, e esta propriedade delas é determinada pelas suas propriedades corpóreas, do corpo da mercadoria. É uma propriedade objetiva das coisas: as coisas possuem utilidade, e descobrir esta propriedade das coisas é um ato histórico. No entanto, o que determina uma mercadoria ser também valor não é uma sua propriedade natural, objetiva. É porque os homens assumem um determinado modo de se porem em relação com os outros e com as coisas que aparecem como propriedades objetivas destas as características sociais do trabalho daqueles.

O produto do trabalho, ao possuir o tempo de trabalho, não o possui de uma só forma. A “objetividade” dos produtos do trabalho não se realiza em um só modo de apresentação. A forma simples do valor de uma mercadoria A é a expressão simples do valor da mesma. Esta forma de valor, ou este modo de “objetividade” dos produtos do trabalho, está contida na relação de valor de duas mercadorias de espécie diferentes. Aqui, determinado *quantum* de uma mercadoria A vale determinado *quantum* de uma mercadoria B. No exemplo: 20 varas de linho = 1 casaco. O que se quer é a expressão do valor do linho, para a qual o casaco fornece o material. A forma relativa de valor pertence àquela mercadoria cujo valor é expresso -o linho-, e a forma equivalente, àquela na qual é expresso valor-o casaco. “Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma a outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor”⁸. Não se pode expressar o valor de uma mercadoria com seu próprio valor de uso. A citação abaixo explicita o que se quer mostrar:

*“20 varas de linho = 20 varas de linho não é nenhuma expressão de valor. A equação diz, ao contrário: 20 varas de linho são nada mais que 20 varas de linho. um quantum determinado do objeto de uso linho. O valor do linho pode assim ser expresso apenas relativamente, isto é, por meio de outra mercadoria. A forma relativa de valor do linho supõe, portanto, que alguma outra mercadoria a ela se oponha na forma equivalente”*⁹

⁸MARX (1966a p. 177).

⁹Ibidem

Uma vez que as mercadorias são expressões de uma unidade de medida social - do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso qualquer -, elas somente se configuram como tais quando da possibilidade de existência dessa medida social, ou seja, quando da existência de uma divisão social do trabalho. E essa é a condição de possibilidade, e simultaneamente resultado, da produção mercantil.

A insuficiência da forma simples de valor está em que o linho não é ainda um cidadão do mundo das mercadorias. De fato, tem-se que uma mercadoria está em relação social apenas com outra mercadoria individual. 20 varas de linho = 1 casaco expressa tão somente que o valor do linho é algo diferente de seu próprio valor de uso e o mostra em relação de troca com uma única espécie de mercadoria individual - o casaco. Na relação de valor de uma mercadoria A com uma mercadoria B, quer-se a expressão do valor de A em B. Nesta relação, considera-se o corpo da mercadoria A, sua objetividade de uso. A natureza do valor de A imprime à mercadoria B uma forma diferente de sua própria forma natural, forma de valor ou valor de troca: B é a forma de valor, ou valor de troca de A.

“A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida”¹⁰.

A questão de como se passa da forma simples de valor para a forma de valor total ou desdobrada não pode ser pertinente. Não se passa da forma simples de valor para a forma valor desdobrada pelo pensamento, antes, aquela passou a esta historicamente. Não se trata de um movimento do pensamento que queira inferir logicamente do pensar mesmo a forma dinheiro. Não se trata, portanto, de mobilizar a partir do puro pensar a dedução de uma sociabilidade determinada - o capitalismo. No capítulo precedente já se comentava a passagem da introdução da obra *Para Crítica da Economia Política*, na qual Marx assinala que: “... as categorias exprimem ,portanto, formas de modo de ser, determinações de

¹⁰ MARX (1966a, p. 189).

existência”. O modo de uma dedução lógica no tratamento do fetichismo não deve ser entendido como uma necessidade lógica abstrata, trata-se de uma necessidade do ser, não do pensar. Esta necessidade do ser, por sua vez, não deve ser entendida como a necessidade de um ser Absoluto, transcendente ou imanente, eterno, que deixa sair de si a multiplicidade das coisas. Esta necessidade remete a um desenvolvimento histórico social de uma sociabilidade específica: o capitalismo.

A necessidade do ser não é, portanto, pensada no âmbito do puro pensamento, na esfera de uma disciplina lógica, tampouco remete a uma ingenuidade que afirme o seguinte: como o curso histórico já decorreu, e foi desta maneira, e não de outra, deduz-se que foi necessariamente desta forma. Aí se introduz a categoria da necessidade, mas que não afirma nada. Aquilo a que se quer remeter, na verdade, é a uma categoria social, uma objetividade social, que se autonomizou, qual seja, o valor. Ao estabelecerem determinadas relações de produção das coisas, que deveriam satisfazer às necessidades dos homens, produziu-se e autonomizou-se a necessidade do automovimento do valor. Trata-se de uma necessidade posta em movimento por um modo específico das relações concretas estabelecidas entre os homens em uma forma de sociabilidade específica.

Assim, a forma de valor total ou desdobrada é analisada *post festum*, para utilizar uma expressão íntima de Marx. A forma valor desdobrada das mercadorias revela uma promiscuidade maior entre as mesmas. Assim, quantas sejam as relações de valor de uma mercadoria com outras espécies distintas, tantas serão as formas equivalentes particulares.

O exemplo, novamente, é o fornecido por Marx: “20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 40 libras de café ou = 1 *quarter* de trigo ou = 2 onças de ouro ou = ½ tonelada de ferro ou = etc”.¹¹

Marx aponta três insuficiências da forma de valor total ou desdobrada:

“Primeiro. a expressão relativa do valor é incompleta, porque sua série de representações não termina nunca. A corrente em que uma equiparação de valor se liga à outra permanece sempre prolongável por meio de cada nova espécie de

¹¹Ibidem, p. 190.

*mercadoria que surge, a qual fornece o material para nova expressão de valor. Segundo, ela forma um mosaico colorido de expressões de valor, desconexas e diferenciadas. Se finalmente, como deve ocorrer, o valor relativo de cada mercadoria for expresso nessa forma desdobrada, então a forma relativa de valor de cada mercadoria é uma série infinita de expressões de valor, diferente da forma relativa de valor de qualquer outra mercadoria”.*¹²

O que se configura, então, é, quando da manifestação de cada mercadoria nesta forma desdobrada de valor, a existência de inumeráveis formas equivalentes particulares umas ao lado das outras. Tem-se que cada mercadoria manifesta seu valor em uma série incompleta de equivalentes particulares, e ela mesma é equivalente particular de uma outra mercadoria. Assim, cada trabalho concreto contido em cada forma equivalente é apenas forma de manifestação particular do trabalho humano-1 casaco, 10 libras de chá, 40 libras de café, etc. são manifestações particulares do trabalho humano.

Na expressão de valor de 20 varas de linho, aqui, a antítese interna entre valor de uso e valor é representada por uma antítese externa mais complexa. Na relação de valor; 20 varas de linho, cujo valor se quer expressar, funciona diretamente como valor de uso. Mas, agora, a forma relativa de valor é desdobrada, e consiste em um somatório de formas simples de valor: 20 varas de linho = 1 casaco; 20 varas de linho = 10 libras de chá, etc. Não mais apenas uma mercadoria vale diretamente como valor de troca, mas uma série sempre ampliável de mercadorias. Em cada mercadoria o valor é expresso, mas ela mesma vale diretamente na relação de valor apenas como valor de troca.

Ora, mas se a forma desdobrada de valor consiste em um somatório das formas 20 varas de linho = 1 casaco, 20 varas de linho = 10 libras de chá, etc., e cada uma destas formas pode ser invertida: 1 casaco = 20 varas de linho, 10 libras de chá = 20 varas de linho, etc., inverta-se então a série completa e será obtida a forma geral de valor.

“De fato, quando um homem troca seu linho por muitas outras mercadorias e, portanto, expressa seu valor numa série de outras mercadorias, então necessariamente os muitos outros possuidores de mercadorias precisam também trocar as suas mercadorias por linho e, por conseguinte, expressar os valores de

¹² MARX (1966a, p. 191)

suas diferente mercadorias na mesma terceira mercadoria em linho. - Invertamos, portanto, a série: 20 varas de linho = 1 casaco ou =10 libras de chá = etc., isto é, expressemos a relação recíproca implicitamente já contida na série”¹³

A série invertida, então:

1 casaco =	
10 libras de chá =	
40 libras de café =	
1 <i>quarter</i> de trigo =	} 20 varas de linho
2 onças de ouro =	
½ tonelada de ferro =	
etc mercadoria =	

Assim, o valor de cada uma delas é expresso de modo simples e unitário, porque em uma mesma mercadoria. “Sua forma valor é simples e comum a todas, portanto, geral.”¹⁴ Na forma valor geral o valor de cada mercadoria é expresso em uma única outra mercadoria.

Na forma simples de valor, o valor de uma mercadoria é expresso no corpo material de uma outra. Esta forma de valor revela apenas que o valor de uso de uma mercadoria difere de seu valor, que se expressa no corpo de uma outra mercadoria. No entanto, não há algo que medeie diferentes equações de valor nesta forma simples. Ou seja, diferentes equações de valor não podem ser relacionadas. O exemplo é de Marx: 1 casaco=20 varas de linho, 10 libras de chá=½ tonelada de ferro são expressões de valor do casaco e do chá, respectivamente. Mostram o valor do casaco como algo igual ao linho, e o do chá como algo igual ao ferro, mas não há possibilidade de relacionar a partir destas duas equações linho e ferro. A forma desdobrada de valor relaciona uma só mercadoria com uma série sempre expansível de mercadorias, e, como já se disse, tem-se um amontoado de equivalentes particulares. Aqui, o valor não é expresso de modo unitário, mas cada uma

¹³ MARX (1966a, p. 192)

¹⁴ *Ibidem*, p. 192.

mercadoria, ao expressar seu valor, imprimirá a todas as outras mercadorias a forma de equivalente particular. A forma valor geral expressa os valores de todas as mercadorias em um só equivalente. Ela distingue o valor de cada mercadoria não somente de seu próprio valor de uso, mas do valor de uso de todas as demais mercadorias. Então, o valor é expresso como algo em comum com todas as outras mercadorias. “Essa forma é a primeira, portanto, a relacionar realmente as mercadorias entre si como valores ou as deixa aparecer reciprocamente como valores de troca”.¹⁵

É porque todas as mercadorias expressam seu valor em apenas uma outra mercadoria isolada que a forma geral de valor é possível.

Na transição da forma geral de valor para a forma dinheiro não há nenhuma modificação essencial. O que apenas ocorreu é que agora o ouro é a forma equivalente geral ao invés do linho, e isso se dá historicamente, por um hábito social.

De onde provém o caráter enigmático da mercadoria? Não provém do fato de ser valor de uso. Não há nada de misterioso no casaco que satisfaz necessidades humanas hoje, nem em um produzido na Europa medieval, por exemplo.

Ora, mas do conteúdo das determinações do valor tampouco provém o caráter enigmático da forma mercadoria. Em qualquer formação social, as diferentes atividades produtivas, quaisquer que sejam suas formas, sempre foram dispêndio de cérebro, músculos, sentidos, etc. Produzir um casaco hoje pressupõe o mesmo dispêndio, o mesmo gasto de energias, de cérebro, nervos, músculos, etc pressuposto pela produção de um casaco na Europa medieval. E, também, aquilo que serve de base à determinação da grandeza de valor -o tempo de trabalho, ou a duração do dispêndio de forças-também nunca foi indiferente ao homem. A produção de meios de subsistência é uma eterna necessidade do homem, e o tempo necessário para produzi-los havia de interessá-lo. ainda que não do mesmo modo em diferentes formas de sociabilidade. Que hoje o tempo perdeu seu caráter qualitativo, por assim dizer, e tornou-se mera quantidade, diferente do “tempo medieval”,

¹⁵*Ibidem*, p. 193.

ou do tempo de quaisquer formações pré-capitalistas, compreende-se se observando as linhas de produção. E, por fim, a forma social, desde que os homens trabalhem uns para os outros de alguma maneira, é a forma que assume o trabalho.

De onde, então, provém este enigma? Da forma mercadoria mesma, dirá Marx. Do fato de o produto do trabalho humano aparecer de um modo inédito na história da humanidade. O dispêndio de forças do homem nas diferentes atividades produtivas - a igualdade dos trabalhos humanos - torna-se uma igual objetividade das coisas: o valor. A medida deste dispêndio, o determinante da grandeza de valor. E a relação social que estes produtos refletem - a relação entre os produtores - assume a forma de uma relação social entre coisas, entre os produtos do trabalho. Assim:

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades sociais naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadoria, coisas metafísicas ou sociais”¹⁶

As relações entre os produtores não mais são relações sociais entre eles mesmos em seus próprios trabalhos, mas aparecem como relações sociais entre coisas. O fetiche das mercadorias consiste, portanto, nessa aderência às coisas de propriedades que lhe não pertencem naturalmente.

O resgate do fetichismo da mercadoria mostrou como o valor de uso torna-se o suporte material do valor. O valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de valores de uso, com o que o tempo torna-se uma objetividade das coisas. O capitalismo é a sociabilidade na qual o produto do trabalho humano faz parte de um mundo destacado do homem. um mundo de coisas acabadas que se relacionam entre si, seguindo suas leis próprias.

¹⁶ MARX (1966, p. 198).

É a própria atividade humana que passa a se opor ao homem. Este, adota uma posição contemplativa em relação ao seu próprio produto de trabalho, e mesmo em relação a si próprio. A força de trabalho é a sua única propriedade, e ele se vê obrigado a vendê-la no mercado, o mundo das mercadorias. Por este processo, as faculdades humanas objetivam-se em relação ao homem, coisificam-se, e a ele resta o arranjo de observador estranho ao processo.

O processo de produção é então orientado para a produção de valor, e não mais para a de valores de uso. Ou seja, a produção se dá em função da valorização do valor, e não da satisfação das necessidades humanas. O valor assume a posição de sujeito do processo produtivo, que segue autonomamente em relação ao homem. É uma determinação objetiva da existência da mercadoria enquanto forma dominante geral dos processos de troca que a unidade do produto do trabalho seja fragmentada: condição necessária para o surgimento da mercadoria é a existência de trabalhos privados autônomos e independentes. E é uma determinação subjetiva, a fragmentação do homem: ele torna-se um *proprietário* de sua força de trabalho, de suas próprias faculdades objetivadas, que adotam leis estranhas ao homem. É o “mistério” do capitalismo que o mundo das mercadorias seja um mundo apartado dos homens, mas este “mistério”, o caráter enigmático da mercadoria, não é já tão misterioso...

É assim que os trabalhos concretos são subsumidos pelo trabalho abstrato, produtor de valor. É assim que o trabalho dos homens serve a um sujeito outro, um sujeito que não é concreto. É assim que a subjetividade é mobilizada a serviço deste outro sujeito. Entenda-se, aqui, subjetividade como a instância particular do indivíduo concreto. É o conjunto de todas as particularidades que o torna radicalmente diferente de outro indivíduo: suas idiosincrasias, seus diversos desejos, suas preferências sexuais, suas aptidões artísticas, etc. E entenda-se o indivíduo fora do sistema do pensamento. Trata-se do indivíduo em sua existência única, inigualável, singularíssima e absolutamente inabarcável pelo puro pensar.



Todavia, conforme já se disse, não é o indivíduo concreto o sujeito do processo de produção. Os trabalhos concretos dos indivíduos reais não estão a serviço da vida dos homens. Ao contrário, o caráter gritante do capitalismo é o de retirar a condução dos rumos de cada um de suas mãos.

3. A CONCRETUDE DO FETICHISMO

Este capítulo analisará como o fetichismo não se trata de um “como se” do pensamento, mas uma facticidade ontológica. O fetichismo não aponta para um “como se” as coisas tivessem se tornado estranhas aos homens e seguido leis próprias, independente dos homens. De fato, há um mundo de coisas estranhas aos homens, e o próprio homem tornou-se estranho a si mesmo. A pré-história da humanidade é esta submissão do homem ao automatismo do processo de produção.

Retorna-se, assim, à observação de Lukács acerca do método de Marx de que aí não se trata de uma pretensão de construção de sistema ou de um método universal. A primeira observação de Lukács na seção que trata da crítica da Economia Política n’*Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* é:

“Do ponto de vista metodológico, é preciso observar desde o início que Marx separa nitidamente dois complexos: o ser social, que existe independentemente do fato de que seja ou não conhecido corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível”¹

Na verdade, já se salientara esse aspecto quando se comentava a *Introdução de 1857*, mas era preciso reavê-lo neste momento do texto para a exposição da análise do fetichismo sob o prisma metodológico, com toda a especificidade que é própria ao termo metodológico.

No capitalismo, o valor de uso torna-se o suporte material do valor. O valor é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de valores de uso, com o que o tempo torna-se uma objetividade das coisas. O fetichismo consiste precisamente na aderência às coisas de propriedades que lhes não pertencem naturalmente. Assim é que se justifica aqui o regate da análise desta categoria –o valor – e a explicitação do método utilizado para apreendê-la. Articular o fetichismo da mercadoria implica uma articulação do valor.

¹ LUKÁCS (1979 p.35).

O erro da Economia Política, já se apontava quando da análise da *Introdução de 1857*, foi o de, na “viagem de retorno”, desembocar em determinações abstratas. Em Marx, trata-se de abstrações, mas há que se apontar a especificidade de tais abstrações. Cita-se Lukács:

“A verdadeira construção de ‘O capital’ mostra que Marx lida decerto com uma abstração, mas evidentemente extraída do mundo real. A composição do livro consiste, precisamente, em introduzir continuamente novos elementos e tendências ontológicas no mundo reproduzido inicialmente sobre a base dessa abstração; consiste em revelar cientificamente as novas categorias, tendências e conexões surgidas desse modo, até o momento em que temos diante de nós, e compreendemos, a totalidade da economia enquanto centro motor primário do ser social”².

Marx não parte de uma abstração qualquer no percurso de explicitação da totalidade em sua concretude clara e ricamente articulada. O valor é uma categoria ontológica central para a análise da sociedade capitalista. Isso se deve ao fato de que esta categoria conduz o olhar a uma característica fundamental do capitalismo: o caráter social da produção. A abstração não é, pois, um recorte autônomo. É o que afirma Lukács na passagem abaixo:

“Não é por acaso que Marx, em O Capital, examinou como categoria inicial, como ‘elemento’ primário, o valor. E, em particular, examinou-o tal como ele se apresenta em sua gênese: por um lado, essa gênese nos revela a história de toda realidade econômica num resumo generalíssimo, em abstrato, reduzida a um só momento decisivo; por outro, a escolha mostra imediatamente a sua fecundidade, já que essa categoria –juntamente com as relações e conexões que derivam necessariamente da sua existência –ilumina plenamente o que de mais importante existe na estrutura do ser social, ou seja, o caráter social da produção”³

Lukács sublinha que esta centralidade do valor não se trata de um ponto de partida cujas motivações sejam lógicas ou teóricas, mas se trata de uma facticidade ontológica, ou seja, uma objetividade da própria realidade, ou melhor, um resultado da própria realidade. Os esquemas lógicos não são a base para a investigação do modo de produção capitalista. Cita-se:

² LUKÁCS (1979 p. 57).

³ *Ibidem*, p. 46.

“Essa centralidade da categoria do valor é um fato ontológico e não um ‘axioma’, que sirva de ponto de partida segundo motivações puramente teóricas ou mesmo lógicas. Todavia, uma vez reconhecida, essa faticidade ontológica –por si mesma –leva além de sua própria mera faticidade; a análise mostra imediatamente que ela é o ponto focal das mais importantes tendências de toda realidade social”⁴

A “dedução” lógica do dinheiro, e também do fetichismo, deve ser entendida precisamente assim, entre aspas. Se se trata de uma síntese, esta não é a do puro pensar, mas síntese da realidade mesma. O modo de uma “dedução lógica” da passagem da forma simples de valor para o dinheiro, passando pela forma de valor total ou desdobrada e pela forma geral de valor, deve-se ao modo da exposição. Lukács afirma isso na passagem seguinte:

“... se é verdade que no final da análise marxiana do valor, o dinheiro surge como necessária consequência ‘lógica’, não se deve tomar ao pé da letra –do ponto de vista ontológico –essa ‘logicidade’, ou seja, não se deve entendê-la como algo restrito ao âmbito do pensamento. Ao contrário, deve ser claro que se trata em primeiro lugar, de uma necessidade do ser e, portanto, que a dedução de Marx só se apresenta como dedução lógica por causa da forma abstrativa, abreviada e reduzida aos aspectos mais gerais com a qual é exposta. Na realidade, essa análise investiga o conteúdo teórico de conceitos de fato”⁵

A aparência objetiva do fetichismo é também necessária. A crítica da Economia Política não apenas revelou serem falsidades as análises da Economia Política clássica, mas revelou o mecanismo mesmo de funcionamento desta “ilusão objetiva”. Trata-se de falsidades necessárias. Relações reais pertencentes à especificidade histórica particular do modo de produção capitalista foram desveladas: que não se trata de um relacionamento entre coisas, mas que é modo próprio do aparecer de relações entre homens. O erro da Economia Política, o de perceber as categorias enquanto abstrações autonomizadas, não foi casual. Este modo mesmo de apreensão da realidade já diz algo sobre o mecanismo de funcionamento do fetichismo. E tal mecanismo Marx o descreve em *O Capital*:

“...o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieróglifo, descobrir o segredo de seu próprio

⁴ *Ibidem*, p. 47.

⁵ *Ibidem*, p.50.

produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social”⁶

Como já fora dito na introdução, e como o desenvolvimento mostrou até aqui, é impossível separar a análise do fetichismo da crítica da Economia Política. Assim é que se retoma aqui um ponto já desenvolvido no capítulo anterior, qual seja o de que é a existência contraditória de indivíduos reais na experiência da recusa das relações sob o domínio do capital o fundamento para a contradição na teoria das categorias: entre trabalho concreto e trabalho abstrato, valor de uso e valor, etc. O fetichismo é o quadro real na qual esta contradição se manifesta. E o que é o fetichismo da mercadoria? Qual o seu significado?. Marx descreve de modo acurado:

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que matem relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”⁷

A universalização das trocas mercantis condiciona a objetividade das coisas e a própria subjetividade dos homens submetidos ao domínio do capital. O mundo das

⁶ MARX (1996a, pp. 198-199)

⁷ *Ibidem*, pp. 198-199.

mercadorias constitui-se uma objetividade. Há um mundo de coisas separadas dos homens que seguem leis próprias, leis que lhes aparecem, aos homens, como naturais. Por outro lado, subjetivamente, a própria individualidade cinde-se e segue as leis mercantis. A própria atividade humana objetiva-se e acompanha tais leis como uma qualquer outra mercadoria. Assim é que se reafirma um aspecto já salientado, qual seja, o da prioridade ontológica do ser social, entendido como a totalidade das relações reais existentes. Que a realidade apareça à consciência como um seu resultado, da consciência, deve-se ao fato de que as análises ocorrem *post festum*, é o que Marx afirma:

*“A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa post festum e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram imutáveis, mas sobre o seu conteúdo”.*⁸

Falava-se do mundo objetivo das coisas mercantis que se contrapõe aos homens e de sua própria objetivação, dos homens. Agora, a análise recairá para categorias fundamentais do pensamento marxiano: o trabalho abstrato e o tempo de trabalho socialmente necessário. Já se assinalou o que estas categorias significam nos capítulos precedentes, e aqui apenas se resgata. O trabalho abstrato é o trabalho concreto abstraído de suas especificidades; o tempo de trabalho socialmente necessário é uma média simples dos diferentes produtores isolados, que fornece o tempo médio de trabalho para se produzir um determinado valor de uso, em uma sociabilidade específica. Aquilo para o que se aponta é precisamente para a influência da categoria “tempo de trabalho socialmente necessário” na forma de objetividade dos objetos e dos sujeitos do processo de produção. A racionalização crescente do processo de trabalho, condição e resultado do modo de produção capitalista, é determinante crucial desta forma de objetividade. Cita-se Lukács:

“... o trabalho abstrato, igual, comparável, mensurável com uma precisão crescente pelo tempo de trabalho socialmente necessário, a operação da divisão capitalista do trabalho existente simultaneamente como produto e condição da produção capitalista só surge ao longo da evolução desta e só durante esta

⁸ MARX (1996a, P.201)

*evolução se torna, portanto, uma categoria social que influencia, de forma decisiva, a forma de objetividade tanto dos objetos como dos sujeitos da sociedade assim nascente, da sua relação com a natureza e das relações possíveis no seu seio entre os homens”.*⁹

Lukács aponta para os efeitos concretos da operação da divisão capitalista do trabalho: a supressão das especificidades que fazem dos homens homens, e sua conseqüente transformação em igualdades formais; e a produção do tempo de trabalho socialmente necessário como uma objetividade concreta, decorrente de um processo de racionalização crescente. Cita-se Lukács:

*“Se se seguir o caminho percorrido pela evolução do processo desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura até a máquina-factura, vê-se nessa evolução uma progressiva eliminação das propriedades qualitativas humanas e individuais do trabalhador. Com efeito, por um lado o processo de trabalho é retalhado em operações parciais abstratamente racionais, numa proporção sempre crescente, o que destrói a relação entre o trabalhador e o produto como totalidade e reduz o seu trabalho a uma função especial que se repete mecanicamente. Por outro lado, pela racionalização e em conseqüência desta, o tempo de trabalho socialmente necessário, fundamento do cálculo racional, começa por ser produzido como tempo de trabalho médio, apreensível de modo simplesmente empírico, para depois, graças a uma mecanização e a uma racionalização cada vez mais adiantadas do processo de trabalho, passar a ser produzido como uma quantidade de trabalho objetivamente calculável que se opõe ao trabalhador qual objetividade consumada e fechada”.*¹⁰

E quais são as mudanças que atuam sobre o sujeito e o objeto do processo econômico em decorrência desse processo? A ruptura da unidade orgânica irracional do produto por um lado, e, por outro lado, a ruptura do sujeito do processo produtivo. Ou seja, a unidade do produto é quebrada pela decomposição cada vez mais acentuada do processo de produção, cedendo espaço a sistemas parciais que operam com suas próprias lógicas. A produção de um carro é emblemática aqui.

A ruptura do sujeito aparece como aquela objetivação de suas faculdades da qual já se falava. A mera contemplação do processo de produção é o que resta ao trabalhador.

⁹ LUKÁCS (1974, p.102)

¹⁰ *Ibidem*, p.102.

Sua função é tal qual peça de um sistema acabado sobre o qual ele não possui poder. Novamente, faz-se uma citação de Lukács apropriando-se de Marx:

*“... esta fragmentação do objeto da produção é necessariamente a fragmentação do seu sujeito. Em consequência da racionalização do processo de trabalho, as propriedades e particularidades humanas do trabalhador aparecem cada vez mais como simples fontes de erro, racionalmente calculado de antemão, destas leis parciais abstratas. O homem não aparece, nem objetivamente, nem no seu comportamento, em relação ao processo de trabalho como verdadeiro portador deste processo, está incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que encontra pela frente, acabado e a funcionar em total independência, relativamente a ele, a cujas leis tem de se submeter”.*¹¹

E à medida que a racionalização e a mecanização desse processo aumentam, mais a postura do homem tende a uma mera contemplação de um processo autônomo. E aqui se chega àquele ponto o qual se tinha por objetivo específico deste capítulo, qual seja o de explicitar o fetichismo não como um “como se” do pensamento, mas como um fenômeno real. De fato, há uma segunda natureza contraposta ao homem, que, produto de sua atividade, autonomizou-se. Sua própria atividade produtiva torna-se uma atitude passiva, contemplativa.

¹¹ LUKÁCS (1974, p.103)

CONCLUSÕES

O primeiro capítulo discutiu o sentido do método em Marx. Recuperou-se a crítica do modo idealista de conceber as coisas, que toma as determinações da realidade como determinações do pensamento. A crítica da Economia Política levada a cabo por Marx justamente revelou que o erro da Economia Política consistiu justamente em arrancar dos fatos seu condicionamento histórico, em conceder às formas de objetividade capitalista um caráter de eternidade.

Tal crítica, contudo, não pode ser entendida como crítica especializada, filosófica ou econômica. É justamente porque o método em Marx não se separa da realidade mesma é que não se pode entender sua crítica como um movimento autônomo do pensamento. Os múltiplos modos de recusa dos proletários contra o assalariamento, contra a sujeição do concreto ao abstrato foi a condição de possibilidade do método. Trata-se de entender o movimento categorial como uma determinação da realidade que o pensamento se apropria e mostra a realidade como o concreto pensado. Assim, a realidade é ponto de partida para o pensamento, e não uma síntese por ele mobilizada.

O segundo capítulo resgatou a lógica do automovimento do valor a partir do primeiro capítulo de *O Capital* e descreveu a “necessidade lógica” deste automovimento e como seu “resultado” o fetichismo da mercadoria.

O terceiro capítulo discutiu o modo de aparência necessária objetiva do fetichismo. O fetichismo não aponta para um “como se”, mas para o modo concreto de como os homens em uma forma de sociabilidade específica –o capitalismo –passaram a se relacionar. Debateu-se como a ilusão da economia política, entendida como ciência particular, não é casual, mas indica já o mecanismo de funcionamento do fetichismo.

Às pergunta-se que se levantaram como objeto de investigação, quais sejam, “O que é o fetichismo da mercadoria?” e “Qual o seu significado?” pode-se formular as seguintes respostas, respectivamente: trata-se da adesão às coisas de propriedades que lhes não pertencem

naturalmente; e seu significado aponta para a submissão real dos indivíduos concretos ao automovimento do valor. Portanto, é um resultado do processo de desenvolvimento histórico do sistema produtor de mercadorias, no qual toda a vida dos homens foi, afinal, reduzida à produção de valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ilana Viana do. Por que não somos marxistas anti-Estado, anarquistas, autonomistas, situacionistas, conselhistas...mas, simplesmente, inimig@s da Economia Política. **Contra corrente**, n.º 11, set-dez/2000.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **A Ideologia alemã**. Vol. I, Tradução: Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira, 4.ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1980.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder, 3ª. Ed., Petrópolis, Vozes, 1990.

_____. **A Sagrada Família ou Crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores**. Tradução de Sérgio José Schirato, 1.a ed., São Paulo: Moraes, 1987.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. Tradução: Telma Costa, Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tomo I, vol. I, Livro Primeiro, seção, cap. I, pp.165- 208, Os Economistas. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R Kothe, São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Os Pensadores. Tradução: Edgar Malagodi, São Paulo: Nova Cultural, 1996b.